O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2006.

31 de Julho de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Despacho n.º 21 535/2006

Considerando a vacatura do cargo de director regional da Economia do Alentejo, por aposentação do seu titular;

Considerando que está em curso a reestruturação do Ministério da Economia e da Inovação com a consequente aprovação da nova estrutura orgânica das direcções regionais da Economia;

Considerando que nesta fase transitória, até à nomeação do titular do cargo de dirigente máximo da Direcção Regional da Economia do Alentejo, é indispensável e urgente assegurar, com eficácia, o regular funcionamento dos serviços, determina-se:

1 — As funções de director regional da Economia do Alentejo são asseguradas nos termos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

2 — Em cumprimento do n.º 2 do citado preceito, o director de serviços de Indústria e Qualidade da Direcção Regional da Economia do Alentejo, engenheiro Bernardino Miguel Marmelada Piteira, assegura as funções de director regional da Economia do Alentejo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Agosto de 2006.

31 de Julho de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 11 446/2006

Por meu despacho de 29 de Setembro de 2006, foi nomeada, precedendo concurso, técnica profissional especialista principal da carreira técnica profissional do quadro de pessoal da ex-Secretaria-Geral do Ministério da Economia a técnica profissional especialista da carreira técnica profissional do mesmo quadro de pessoal Belarmina da Glória dos Santos, ficando posicionada no escalão 5, índice 360, considerando-se exonerada do lugar anterior com efeitos a partir da data do despacho, após aceitação da nova categoria. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Setembro de 2006. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Despacho n.º 21 536/2006

Através do aviso n.º 6748/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 12 de Junho de 2006, foi aberto concurso interno de acesso limitado, para provimento de sete lugares na categoria de assessor da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia, aprovado pela Portaria n.º 539/2000, de 3 de Agosto.

Por meu despacho de 2 de Outubro de 2006, ao abrigo do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, alterei a composição do júri do referido concurso, que passará a ser a seguinte:

Presidente — Maria Luísa Paiva de Andrada Figueira, assessora principal.

Vogais efectivos:

Maria dos Prazeres Oliveira Lopes, assessora, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Carlos Manuel Francisco Nunes dos Santos, assessor.

Vogais suplentes:

Luísa Maria de Campos Mourão Salazar Branquinho, assessora principal.

Dulce Maria Pinto Pereira, assessora jurídica principal.

6 de Outubro de 2006. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho (extracto) n.º 21 537/2006

1 — Pelo Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, foi criada a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), tendo nesse diploma sido definidas as estruturas orgânicas nucleares do organismo. A criação das unidades orgânicas de direcção intermédia do 2.º grau, previstas no artigo 31.º do supracitado diploma legal, ocorreu em 22 de Fevereiro de 2006, pelo despacho n.º 5864/2006, do pre-

sidente da ASAE. Neste sentido, e com o objectivo de prosseguir as acções de fiscalização e investigação no âmbito da actividade alimentar, foi criada, junto da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Divisão de Fiscalização e Investigação I, a qual compete ser chefiada por um dirigente intermédio do 2.º grau.

Após análise curricular, verificou-se que o licenciado Filipe Rodrigues Meirinho, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço de acordo com o *curriculum vitae* anexo.

Assim, tendo em conta que se mostra imprescindível assegurar a coordenação da respectiva unidade orgânica e considerando o disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição e enquanto durar a vacatura do lugar, para exercer as funções de chefe da Divisão de Fiscalização e Investigação I, da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da ASAE, o licenciado em direito, técnico superior de 1.ª classe, do quadro da Direcção-Geral de Viação Filipe Rodrigues Meirinho.

2 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Novembro de 2006.

8 de Outubro de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome — Filipe Rodrigues Meirinho.

Data de nascimento — 10 de Fevereiro de 1967.

Nacionalidade — portuguesa.

Estado civil — casado.

Habilitações académicas — licenciatura em Direito, com média final de 14 valores.

Experiência profissional:

De Setembro de 2005 a Julho de 2006 — técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista com a classificação de serviço de *Excellente*, colocado sob dependência directa do director-geral de Viação, com a função de assessoria jurídica ao director-geral; auditoria aos serviços da DGV; acções de fiscalização a escolas de condução e centros de exame;

De Fevereiro de 2002 a Setembro de 2005 — técnico superior de 2.ª classe, jurista, pertencente aos quadros de pessoal não dirigente da Direcção-Geral de Viação, colocado sob dependência directa do director-geral de Viação. Funções: fiscalização e controlo dos serviços dependentes da Direcção-Geral de Viação; instrução de processos disciplinares e de averiguação e de inquérito; auditoria aos serviços da Direcção-Geral de Viação.

De Janeiro de 2001 a Fevereiro de 2002 — jurista da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, pertencente aos quadros de pessoal e colocado em assessoria do comandante distrital da PSP de Lisboa (COMETLIS). Funções: elaboração de pareceres e estudos jurídicos sobre a implementação de métodos de controlo interno. Participação em grupos de trabalho de orientação e implementação de acções de policiamento.

De Agosto de 2000 a Janeiro de 2001 — colocado na Secção de Investigação Criminal de Lisboa, com funções de assessoria jurídica à chefia da Secção. Funções: estudo e planeamento de metodologias relacionadas com a investigação criminal. Implementação de protocolos entre a secção de investigação criminal e os serviços do Ministério Público de Lisboa.

De 1993 a Agosto de 2000 — agente dos quadros de pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública. Exerceu neste período toda a actividade policial inerente à condição de agente; investigação criminal no âmbito das competências orgânicas da PSP.

Formação específica:

Março de 2006 — curso de direitos das contra-ordenações, ministrado pelo Instituto Nacional de Administração Pública (INA).

Abril de 2004 — curso de auditoria e controlo na Administração Pública, ministrado pelo INA.

Fevereiro de 2003 — curso de planeamento e controlo de gestão por resultados, ministrado pelo INA.

Junho de 2002 — curso de novo enquadramento de práticas profissionais de auditoria interna, ministrado pelo Instituto Português de Auditores Internos.

Despacho n.º 21 538/2006

Nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dá-se por finda, a seu pedido, a comissão de serviço da licenciada Ofélia Maria da Costa Pereira para o exercício

do cargo de chefe de divisão de Fiscalização I da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da ASAE com efeitos a 30 de Outubro de 2006.

8 de Outubro de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

Despacho n.º 21 539/2006

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia é efectuado por procedimento concursal de entre os funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o mestre Rui Nuno Almeida Dias Fernandes possui a experiência profissional, competência técnica e perfil adequados às exigências do cargo de director de serviços Gerais da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), devidamente demonstrados no decurso do procedimento, reunindo, assim, as condições para ser nomeado;

Findo o referido procedimento concursal, nomeio, após cumprimento dos preceitos do respectivo procedimento, ao abrigo do disposto no artigo 21.º do citado diploma legal, o mestre Rui Nuno Almeida Dias Fernandes no cargo de director de serviços Gerais da ASAE, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

A presente nomeação produz efeitos a 16 de Outubro de 2006.

12 de Outubro de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

Síntese curricular

Identificação — Rui Nuno Almeida Dias Fernandes.
Habilitações literárias:

Mestre em Gestão (1999), Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas (1993), Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

Experiência profissional:

Director de serviços da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, em regime de substituição;

Desde 20 de Julho de 2004 — chefe de divisão de Gestão Financeira na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

De 1 de Março de 2003 a 16 de Julho de 2004 — assessor económico e financeiro do Gabinete da Ministra da Justiça do XV Governo;

De 24 de Junho de 2002 a 28 de Fevereiro de 2003 — assessor económico e financeiro do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça;

De 1 de Janeiro de 1999 a 23 de Junho de 2002 — no Gabinete do director-geral dos Impostos como gestor de conteúdos do *site* da DGCI (planeamento, coordenação e controlo do *site*);

De 27 de Novembro de 1995 a 31 de Dezembro de 1998 — Direcção de Serviços de Prevenção e Inspeção Tributária, sendo responsável por inspecções tributárias (IRC, IRS e IVA) a diversas empresas do ramo industrial;

De Outubro de 1993 a Novembro de 1995 — auditor externo da empresa Arthur Andersen & Co. — Auditoria e Consultoria;

Desde 2000 — docente universitário do Departamento de Economia e Gestão da Universidade Lusófona.

Formação profissional:

Prémio Boas Práticas no Sector Público (3.ª edição de 2005) — menção honrosa na categoria sistemas de informação de gestão com o projecto «Controlo financeiro centralizado do Ministério da Justiça», Deloitte, *Diário Económico* e INA;

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, INA;

Seminário de Alta Direcção, INA;

«Prestação de contas e responsabilidade financeira nos serviços com autonomia administrativa», INA;

«Peritos de fiscalização tributária»;

«Técnico economista»;

«Metodologias de inspeção tributária»;

«Lei Geral Tributária».

Direcção Regional da Economia do Alentejo

Despacho n.º 21 540/2006

Por despacho de 3 de Outubro de 2006, foi concedida licença de exploração ao processo de ampliação da pedra n.º 33 denominada

Herdade da Vigária ou Barrinho, sita na Herdade da Vigária, freguesia de Bencatel, concelho de Vila Viçosa e distrito de Évora, para extracção de blocos de mármore (ornamental), nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, explorada pela empresa SOLUBEMA — Sociedade Luso-Belga de Mármore, L.ª

Esta licença foi precedida pela emissão de declaração de impacte ambiental com parecer favorável condicionado, emitido em 24 de Novembro de 2005.

3 de Outubro de 2006. — O Director Regional, *Bernardino M. Mar-melada Piteira*.

Instituto Nacional de Engenharia,
Tecnologia e Inovação, I. P.

Despacho n.º 21 541/2006

Considerando que o director de serviços de Gestão Financeira e Patrimonial do INETI, I. P., apresentou, em 2 de Outubro de 2006, o pedido de cessação das funções que vinha desempenhando, o conselho directivo, em reunião de 4 de Outubro de 2006, deliberou aceitar e dar provimento a esse pedido, no que se refere ao citado cargo, e, tendo em conta a vacatura do lugar, nomear, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para exercer o cargo de director de serviços da DSGFP a Dr.ª Ana Cláudia Feio Ferro de Carvalho, nesta data chefe de divisão da mesma Direcção de Serviços. Esta nomeação produz efeitos a partir de 10 de Outubro.

4 de Outubro de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, em substituição do Presidente, *Teresa Ponce de Leão*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado
do Desenvolvimento Rural e das Florestas

Despacho n.º 21 542/2006

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a engenheira Maria Teresa Franco Alves da Silva para prestar assessoria específica no acompanhamento da actividade desenvolvida pela sociedade Parques de Sintra — Monte da Lua, S. A., na qualidade de representante deste Gabinete, atenta a sua especial formação nesta área.

2 — A imprescindibilidade da respectiva colaboração resulta da necessidade de indicar um(a) representante, detentor de reconhecida capacidade técnica e de um extenso currículo profissional, que promova e acompanhe a articulação do nosso Gabinete com a referida sociedade, em que o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas detém uma participação social.

3 — A nomeação referida no número anterior terá a duração de quatro meses, podendo ser revogada a todo o tempo, sem direito a qualquer indemnização.

4 — Pelo trabalho desenvolvido no âmbito da prestação de serviços de assessoria e acompanhamento, a nomeada receberá uma remuneração mensal de € 750, eventualmente acrescida de IVA à taxa legal em vigor, caso se verifiquem as condições legalmente exigidas para tanto.

5 — A presente nomeação produz efeitos desde 1 de Setembro de 2006.

10 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 21 543/2006

Por despacho de 2 de Outubro de 2006, foi o licenciado Rui Manuel Palmeiro Trindade, técnico de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, provido definitivamente na cate-